



INFLUÊNCIA DA SUPERVISÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DE ENSINO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Liziene Aparecida de Lima ¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir a influência da supervisão escolar como instrumento facilitador de ensino e inclusão na educação especial. A proposta apresentada busca verificar como os profissionais envolvidos na supervisão escolar podem auxiliar na inclusão de alunos da educação especial, melhorando o processo de ensino-aprendizagem, bem como, o convívio escolar. Na oportunidade será mencionado como o suporte deste profissional pode ser o diferencial nas estratégias adotadas pelos professores em suas intervenções pedagógicas. O estudo foi norteado em pesquisa bibliográfica de diversos estudos realizados pautados na cooperação entre o supervisor pedagógico e o professor, na educação especial. Também foram identificadas as atribuições do supervisor; a relação com o corpo docente e os possíveis programas existentes que facilitem a inclusão. Por fim, demonstrou-se a influência do supervisor na correta condução dos programas e medidas que facilitam o convívio e o desenvolvimento psicopedagógico de crianças especiais.

Palavras-Chave: Supervisão. Educação Especial. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa verificar a influência da supervisão escolar no acolhimento de alunos com necessidades específicas, enquadradas sob os princípios da educação especial e como a parceria de um trabalho em equipe pode ser o diferencial e um facilitador desses alunos em sua interação com o corpo docente e os demais alunos e funcionários presentes no ambiente escolar.

É imperioso pensarmos que, embora existam leis assegurando matrícula e permanência destes alunos nas escolas regulares, há que nos preocuparmos também com a forma como será feito, e o supervisor poderá conduzir, orientar e sugerir estratégias

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais-
lizieneaparecidadelima@yahoo.com.br;



para que os professores e toda a equipe pedagógica possa trabalhar de forma harmônica visando o sucesso de todos.

Nesta perspectiva quer se discutir o papel dos profissionais da supervisão escolar como mediadores da inclusão na Educação Especial. Além disso, irá abordar os procedimentos e mecanismos que podem ser utilizados visando à interação entre os alunos inclusos, demais alunos e o corpo docente.

Sabemos que a inclusão é uma realidade e um direito de todos, mas ainda pairam inseguranças e incertezas na condução deste processo para que não configure apenas o cumprimento de leis ou mero depósito de alunos que outrora frequentaram centros de educação especial. É importante assegurar além da socialização a devida aprendizagem e os mecanismos necessários para que isso aconteça. As escolas já avançou muito em termos de qualificação profissional, mas a figura do supervisor acompanhando todo este processo traz segurança tanto para as famílias que depositaram total confiança no estabelecimento de ensino quanto ao professores que irão trabalhar diretamente com este aluno.

Com relação aos demais alunos, a interação ocorre de forma natural, mas o olhar do supervisor fará diferença caso seja necessário alguma intervenção e mesmo nesta socialização.

Precisamos pensar que não existe sociedade especial, logo, os alunos que demandam de uma atenção diferenciada precisam ser trabalhados e direcionados para a sociedade em que vivem. Por mais complexo que seja trabalhar com o diferente, faz-se necessário, pois, eles terão que conviver com o todo, criar sua independência por mais que necessitem de ajuda para realizar qualquer atividade.

Ao supervisor caberá a função de procurar estratégias e orientação para sua equipe pedagógica desenvolver com estes alunos suas potencialidades e qualquer habilidade que confira a ele o mínimo de capacidade de sobreviver sozinhos.

Desta forma, este estudo bibliográfico irá através de pesquisa teórica evidenciar o trabalho de um supervisor pedagógico de orma estratégico e pautado na cooperação na implementação da inclusão ressaltando as potencialidades e habilidades de cada aluno.



Os estudos existentes com autores que demonstram conhecer do assunto servirão de norte para esta pesquisa.

A escola é um espaço mais dinâmico que conhecemos e, portanto, precisamos desenvolver as habilidades de aceitar o outro como ele é de acordo com suas restrições e potencialidades. Não existe ninguém incapacitado de realizar alguma coisa sozinha, mesmo aquelas pessoas com deficiências múltiplas elas conseguem se comunicar com gestos, olhar.

A ATUAÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR NA INCLUSÃO E SUA IMPORTÂNCIA NESTE PROCESSO.

A educação sempre se preocupou com algumas questões relacionadas à formação, a avaliação e isso, sempre conduziu a prática pedagógica dos supervisores e orientadores para este norte. A LDB 9394/96 ratifica como requisito para a execução da função de Orientador Educacional a formação em Pedagogia ou em pós-graduação:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL,1996)

Nesta perspectiva de trabalho, o supervisor e ou orientador será o elo entre a família e a escola, sempre procurando compreender e solucionar os possíveis conflitos que apareça. Além disso, compete a ele também buscar meios para que o aluno encontre a sua autoestima e que lute de forma crítica e consciente por seus direitos e deveres. Deverá também, priorizar um currículo pautado nas diferenças visando a educação inclusiva de qualidade. Sobre isso, Grinspun enfatiza:

O Orientador é aquele que discute as questões da cultura escolar promovendo meios/estratégias para que sua realidade não se



transforme em verdades intransponíveis, mas se articule com prováveis verdades vividas no dia-a-dia da organização escolar (GRINSPUN,2006, p.112)

A escola inclusiva deve estar preparada para atender a todos os indivíduos, respeitando as suas diferenças e garantindo-lhes o direito à cidadania e a atuação na sociedade, logo, a preocupação vai além daqueles alunos que necessitam de adaptações curriculares, espaço físico ou atendimento especializado que outros às vezes não demandam. A escola precisa compreender que é palco para a transformação social destes educandos, proporcionando a oportunidade destes de obter autonomia, através de ações pedagógicas que oportunizem a produção de novos conhecimentos. Então, mais do que assegurar o cumprimento de leis, o supervisor será o mediador da integração entre escola e comunidade fomentando o diálogo construindo o respeito à diversidade preparando os alunos para conveiver na sociedade diversificada e saber defender seu ponto de vista, se fazer ouvir.

De acordo com Kirk e Gallagher(2002 p. 33-34):

As crianças diferem não só de uma para a outra (diferenças interindividuais), mas também são diferentes quanto às capacidades e incapacidades em si (diferenças intra-individuais). O grau de desvio e a constelação de diferenças variam de criança para criança. Até mesmo dentro de um grupo chamado normal ou de crianças típicas, duas crianças jamais têm a mesma constelação de diferenças. Mas há diferenças menores que são aceitas como “normais”, pois uma elevada porcentagem da população difere nesse ponto. (KIRK E GALLAGHER.2002 p. 33-34):

Independente da necessidade de adaptação ou não, somos únicos e precisamos criar em nossos alunos essa capacidade de acreditar em seus potenciais. A escola é o centro de formação profissional, mas humana também, e, portanto, fundamental que o supervisor busque estratégias para sua equipe de trabalho desenvolver em seus alunos a capacidade de se expressar, de interagir, pois, a partir de atitudes como estas surgirão às diferenças e os conflitos, onde será fundamental o trabalho do respeito mútuo. O aluno incluso tem seu espaço assegurado não pela exigencia legal, ou por ser simplesmente diferente, é um direito dele, estar naquele espaço. Assim como outras diversidades que existem e a sociedade é única.

A prática escolar requer o desenvolvimento de capacidades intelectuais e de interação que somente se tornam sólida, quando há inclusão plena dos envolvidos nas



atividades. Para Chaves et al (2010, p. 127), a inclusão é a participação ativa e efetiva de todos os alunos no processo de aprendizagem. E ainda complementa:

A chamada educação inclusiva teve início nos Estados Unidos em 1975. Nasceu da necessidade de respostas aos problemas pedagógicos apresentados pelos alunos no mesmo contexto que deveriam ser solucionados por meio de atividades comuns, embora adaptadas. Essas ideias chegaram ao Brasil na década de 1990 como uma nova política educacional que visava não só à inserção dos deficientes, mas de todos os alunos, nas escolas regulares de forma completa e sistemática. As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (CHAVES ET AL. 2010, P. 127)

Desse modo, asseguradas por leis específicas os alunos passaram a requestrar as escolas regulares e as necessidades de adaptações surgem constantemente. E, o supervisor pedagógico precisa saber conduzir e orientar sua equipe. Contudo, as ideias de inclusão abriram outras possibilidades de trabalho no ambiente escolar direcionado à valorização da individualidade e do respeito ao outro. A necessidade de se adequar a nova realidade para receber alunos com necessidades especiais que demandaram adaptações curriculares, manejo de pessoal, adaptações físicas, etc. Tudo isso acendeu a necessidade de cultivar o respeito à individualidade.

A inclusão escolar é um direito legal e, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda há muito a ser feito convergindo para a valorização das diferenças e construção do respeito. A inclusão precisa deixar de ser uma imposição legal nas escolas e assegurar uma reformulação do sistema educacional, do currículo para formar cidadãos críticos e atuantes socialmente. A escola pública abriu espaço para a inclusão por força de lei, mas há muito a ser transformado para fazer valere os direitos das pessoas que possuem alguma necessidade de adaptação. Esta falta de estrutura se estende para fora dos muros da escola, posto que ainda estejamos longe de uma acessibilidade adequada, de atendimento de acordo com as necessidades de nossos alunos inclusos. As escolas não contam com equipes multidisciplinares em suas unidades para o atendimento diversificado e necessário para o aluno incluso. Tal atendimento continua sendo a cargo da área da saúde que tem uma demanda ampla e com outro foco.



É preciso que haja o comprometimento geral da sociedade, e principalmente a consciência do significado da palavra inclusão, a fim de que todos tenham as mesmas oportunidades. Citando as palavras de Montoan:

... A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. É muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (MONTTOAN, 2003 p. 17).

Desta forma, a inclusão eficiente demanda de um planejamento educacional, sobretudo, no planejamento participativo. E, se não podemos contar com infraestrutura condizente com as demandas, equipes de trabalho que possam atender a inclusão de modo pleno, que tenhamos pelo menos um planejamento que a escola possa desenvolver com aquilo que pode contar. No entendimento de Gandin (2008, p. 58):

[...] planejar é construir a realidade desejada. Não é só organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento (isto seria apenas o planejamento operacional, a administração), mas é transformar esta realidade, construindo uma nova. Como alguém que constrói uma casa: há uma realidade existente, composta pelo terreno e pelos recursos; e há uma realidade desejada, a casa; todo o processo consiste em, na tensão entre estas duas realidades, construir a realidade idealizada ou, pelo menos, aproximar-se dela ao máximo. É bom insistir que o planejamento não é só fazer a planta e administrar os recursos, mas é, antes de tudo, esclarecer o ideal, o sonho, o que sempre envolve a discussão de valores e de sua hierarquia. (GANDIN, 2008, P. 58)

Ainda que não seja possível construir a escola dos sonhos, que se possa fazer da realidade que temos um espaço de convivência harmônica, valorização da diversidade e respeito ao outro. Que a escola, na pessoa do supervisor e ou orientador possa conduzir sempre o diálogo e omentar a participação efetiva da comunidade.

Discorrendo sobre o assunto, Montoan (2003) relata:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor de nossas vidas. O Outro, é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada. Cumprir o dever de incluir todas as crianças na escola supõe considerações que nos remetem à Ética, à Justiça e



ao direito de todos de acesso ao saber e à formal. Alguns professores já têm claro que a inserção é possível, porque tiveram experiências que lhes demonstraram essa possibilidade; outros estão em busca dessa certeza e se empenham por encontrá-la, em suas aulas, nos cursos e nos grupos de estudos que freqüentam. Há, infelizmente, os que tentam, porém não conseguem se libertar de preconceitos e de hábitos enraizados, que não lhes permitem fazer uma releitura de suas atuações, à luz de novos propósitos e procedimentos educacionais².

O sucesso da escola inclusiva perpassa pelo trabalho em equipe, de boas estratégias tanto do serviço de orientação pedagógico quanto dos professores. É imperioso o engajamento de ações e um planejamento que valorize as capacidades e potencialidades de cada um.

É importante ressaltar que a inclusão não se resume apenas na oferta de um ensino diferenciado, de estratégias que possibilite a aprendizagem daqueles que necessitam deste olhar diferenciado, mas assegurar a não segregação, seja dentro ou fora da sala de aula. A adaptação curricular que se defende aqui, não é reduzir conhecimento, mas disponibilizar recursos e formas de aprendizagem que alcance aquele aluno que não acompanha junto com todos.

No entendimento de Hannah Arendt (2004),

A educação é também onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos e tampouco, arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso e com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (HANNAH ARENDT.2004. P.247)

Sobre esta ótica, as escolas estão longe de se tornar inclusivas e, o que existe são estratégias de inclusão parcial, com intervenções individuais, mas ainda não contamos com centros multifuncionais que atendam as necessidades dos alunos num único lugar.

Cabe ressaltar que a educação inclusiva se orienta pelos mesmos objetivos do atendimento dito regular, portanto, segundo Mantoan (1997, p. 117):

A educação dos alunos com necessidades educacionais especiais tem os mesmos objetivos da educação de qualquer cidadão. Algumas modificações são, às vezes, requeridas na organização e no funcionamento da educação escolar para que tais alunos usufruam dos recursos escolares de que necessitam para o alcance daqueles objetivos. Em razão disso, são organizados auxílios e serviços educacionais especiais para apoiar,

²²http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos_pedagogicos_da_inclusao.htm



suplementar e, em alguns casos substituir o ensino comum ou regular como forma de assegurar o ensino para esse alunado.

Contudo, a escola precisa se organizar para difundir um ensino que promova a inserção de todos na sociedade, ainda que seja necessárias adaptações para alguns, mas que o seu foco seja construir cidadãos críticos e conscientes de sua participação social, independentes e capazes de se posicionarem e fazer escolhas.

Sendo assim, a aprendizagem como o centro das atividades escolares e o sucesso dos alunos, como a meta da escola, independentemente do nível de desempenho a que cada um seja capaz de chegar são condições de base para que se caminha na direção de escolas acolhedoras. O sentido desse acolhimento não é o da aceitação passiva das possibilidades de cada um, mas o de serem receptivas a todas as crianças, pois as escolas existem, para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais privilegiados.

A aprendizagem acontece até o limite em que cada um consegue chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera o nível de possibilidades de desenvolvimento de cada um e explora essas possibilidades, por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se enquadra por si mesmo, na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma idéia, ou resolver um problema, realizar uma tarefa. Eis aí um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas regulares tradicionais, cujo paradigma é conteudista, e baseado na transmissão dos conhecimentos.

Os suportes necessários a atender cada aluno não irão delinear os conteúdos disponibilizados pelos professores. Ainda que seja inclusiva, as adaptações curriculares precisam buscar sempre não segregar, pois, de acordo com a capacidade de cada um, a aprendizagem irá acontecer.

O trabalho coordenado entre supervisor e professores é que fará o diferencial no sucesso da inclusão escolar, ainda que seja de forma precária e sem um atendimento multifuncional especializado, mas capaz de promover o desenvolvimento intelectual, nas potencialidades de cada um, levando alunos e familiares a acreditar que são agentes transformadores na construção do conhecimento e na participação social.

Desta forma, exige-se da supervisão escolar a promoção e contribuição na formação continuada de professores. Assim, a escola precisa instrumentalizar os docentes e alunos para participar, das relações sociais e políticas. Para isso acontecer, é preciso ter um líder funcional, encarregado de motivar e desenvolver na pessoa do



supervisor escolar grupos de lideranças que atuam, em clima de diálogo, para o crescimento profissional das pessoas envolvidas com o processo educacional da escola.

Este suporte necessário para potencializar, conectar e efetivar as ações e estratégias a serem desenvolvidas para alcançar não somente a inclusão, mas toda a comunidade escolar.

Atualmente na confrontação com novos desafios postos, que pedem uma radical mudança nos conceitos de ensinar e aprender, do aprender a aprender, ou melhor, administrar a didática pedagógica da escola para atingir os objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico, num mundo de mudanças, que precisa refletir sobre como se tem processado as iniciativas do supervisor escolar.

Mediante as novas exigências vivenciadas pelos professores buscando inovações que promovam uma aprendizagem significativa e interacionista, o supervisor pedagógico precisa ser o motivador desta engrenagem.

CONCLUSÃO

A inclusão escolar surgiu por força de lei, mas a transformação decorrente desta imposição foi um agente transformador e motivou a escola a buscar estratégias que atendesse alunos inclusos, e trouxe um novo olhar para a produção do conhecimento e valorização das diferenças.

A formação continuada leva a transposição da teoria para a prática escolar; resumidamente algumas características de um bom coordenador pedagógico, auxiliador, orientador, integrador, dinâmico, acessível, eficiente, capaz, produtivo, apoiador, inovador, cooperativo, facilitador, criativo, interessado, seguro, incentivador, atencioso, atualizado, com o conhecimento e amigo. Tais capacidades referem-se à possibilidade de inserção como parte relevante para o pleno desenvolvimento participativo e coletivo no ensino aprendizagem no espaço escolar.

O supervisor, diante deste cenário precisou inovar e buscar novos caminhos para orientar sua equipe de trabalho. Mediante este cenário, outras ideias foram surgindo e foi possível notar que a participação de todos, o ouvir o outro, a valorização pessoal trouxe um novo olhar para a forma de aprender. As adaptações curriculares foram além de conteúdos, mas de propagação do respeito, do ser diferente e ter direito de ser ouvido.



Além disso, já foi comprovado que o convívio social das crianças com na inclusão é muito benéfico, pois, quando a criança que possui “deficiência” tem a oportunidade de manter contato com o mundo, digamos, “normal”, quando tem a oportunidade de aprender a lidar com os medos, as frustrações e as dificuldades, quando há a ceitação dos colegas e o auxílio, tende a diminuir os preconceitos, e os colegas também poderão aprender a lidar com o convívio e as diferenças desde muito cedo, para assim poder desenvolver solidariedade sem que isso lhes cause nenhuma reação de preconceito ou mal estar, assim sendo todos tem a crescer, a criança com deficiência, os colegas e professores que ali trabalham pois o social é umas das partes mais importantes que uma escola pode proporcionar .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394, de 20/12/1996

CHAVES, Fátima Garcia et al. *Organização escolar*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. 15. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

GRINSPUN, Miriam P.S. Zippin. *A Orientação Educacional: Conflitos de paradigmas e alternativas para a escola*. São Paulo. Editora Cortez, 2006.

GRINSPUN, Miriam P.S. Zippin. *Supervisão e Orientação Educacional: Perspectivas de Integração na Escola*. São Paulo. Editora Cortez, 2006.
MAZOTTA, Marcos José Silveira. *Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial*. São Paulo, EPU, 2005.

KIRK, Samuel A. & GALLAGHER, James J. *Educação da criança excepcional*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. *Caminhos Pedagógicos da Inclusão: contornando e ultrapassando barreiras*. Departamento de Metodologia de Ensino - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED - Faculdade de Educação - UNICAMP - SP. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos_pedagogicos_da_inclusao.htm. Acesso em: 14 de Abr. 2017.

MONTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão escolar: o que? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.